

Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos.

MÁRCIA MILENA GALDEZ FERREIRA*

O espaço não é um cenário fixo onde se desenrolam histórias, mas um construto histórico e cultural, mutável, fugidio, penetrado e reinventado por múltiplas temporalidades. Dessa forma, concebo a região do Médio Mearim no Maranhão, as cidades e povoados que se constituíram e se constituem como lugar de morada de migrantes, como produto e produtores de suas práticas culturais, e não como palco fixo e amorfo onde são instituídas experiências. Os espaços se constituem, portanto, em lócus privilegiados da análise do historiador. Seus movimentos, arranjos e posturas provisórios precisam ser inquiridos na sua historicidade.

Configurar a região do Médio Mearim é concebê-la enquanto constructo histórico, espaço praticado, personagem envolvido e envolvente na trama, nas experiências ordinárias que nele e, a partir dele, se instituem. Pensar o Médio Mearim das décadas de 1930-1960, pressupõe pensar o Alto Mearim do século XIX, e o Baixo sertão ou sertão agrícola da primeira metade do século XX, nos percalços de sua configuração.

O Médio Mearim¹ engloba atualmente 21 municípios² entre os quais sobressaem: Bacabal, Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago da Pedra, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão. Configura-se, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, como região dotada de águas, das chuvas e dos rios, de terras disponíveis para o plantio e de trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas de beneficiamento de arroz e

* Professora Assistente III da UEMA, Doutoranda em História Social da UFF, Bolsista CAPES/ UEMA

¹ A microregião do Médio Mearim localiza-se no Centro do Estado do Maranhão, numa área de 10.705.261 quilômetros quadrados. Sua população total foi estimada no censo de 2010 do IBGE em 679.988 habitantes.

² Muitos dos atuais municípios foram desmembrados, ao longo das últimas décadas, dos municípios de Bacabal, Ipixuna e Pedreiras. Pedreiras e Bacabal são desmembrados de Ipixuna, Em 30 de dezembro de 1961, pelas Leis nº 2.079, 2.080, 2.081 e 2.084 da Assembleia Legislativa Estadual, passam à categoria de municípios os povoados Santo Antonio dos Lopes, Lima Campos, Poção de Pedras e Igarapé Grande, desmembrados de Pedreiras.

algodão. Terras com dono e sem dono atraem levas de migrantes nordestinos. Os mais estabelecidos compram terras dos primeiros ocupantes dos ditos “centros”, povoações relativamente distantes das cidades, mas a elas articuladas a partir de cadeias mercantis. Bacabal³, Ipixuna⁴ (atualmente e anteriormente denominada São Luís Gonzaga) e Pedreiras⁵, despontam como os principais focos de migração de nordestinos para o Maranhão entre 1930 e 1960.

Onde a memória dos migrantes não alcança- no século XIX- configura-se uma região designada Alto Mearim. Em meio às lutas e conflitos pela conquista do território maranhense, o Estado avança sobre o território indígena, deslocando fronteiras e instituindo outras práticas sociais do espaço, mediante a instalação de Diretorias e Colônias voltadas para a disciplina e incorporação do indígena como possível mão de obra através da implementação de um projeto de civilização que envolvia leigos e religiosos. Conforme Faria (2001, p.151), a Lei da Assembleia Legislativa Provincial n° 85, de 02 de julho de 1839:

[...] determinava que as missões deviam ser ‘assentadas em terras próprias para lavrar, ou contíguas a estas, mas nas proximidades de rios e campos de criar.’ Somente poderiam lavrar nelas, os índios que estivessem ali instalados. Cada uma deveria ter um missionário e um diretor. Ao missionário, além da orientação espiritual, cabia inspirar o ‘amor ao trabalho e à vida social’. O diretor, entre outras funções, deveria ‘promover os meios de subexistência entre os indígenas, ensinando-lhes a lavrar a terra à maneira do país e a criar animais domésticos para o consumo das missões’. Os legisladores, prevendo que os índios não se submeteriam de bom grado a essa interferência em seu modo de vida, permitiram o uso de meios coercitivos nesta educação para o trabalho e para a vida sedentária. Os diretores

³ Elevada à categoria de vila pela Lei n° 932, sancionada pelo Governador Urbano Santos em 17 de abril de 1920, seu município foi oficialmente instalado a 07 de setembro do mesmo ano. Pelo decreto lei n°159 de 06 de dezembro de 1938, foi elevada à condição de cidade. Sofreu desmembramentos para a criação de novos municípios, Vitorino Freire em 1953, Lago Verde, em 1962, Olho d’Água das Cunhãs e São Mateus do Maranhão em 1963, e Bom Lugar em 1997. Localiza-se a 250 km da capital do Estado do Maranhão, São Luís, possui área total de 1.983 km². Sua população foi estimada no Censo de 2010 pelo IBGE em 111.738 habitantes.

⁴ É a mais antiga das povoações do Mearim, foi instituída como freguesia no Alto Mearim pela Lei n° 196 da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão de 29 de agosto de 1844, e elevada à condição de vila conforme a lei n° 349 da Assembleia Legislativa Provincial de 12 de junho de 1854. Está a 209 km da capital. Sua população foi estimada no Censo de 2010 pelo IBGE em 25.533 habitantes.

⁵ Foi desmembrada de São Luiz Gonzaga do Maranhão e elevada à de categoria vila pela Lei n° 1.453 de 27 de fevereiro de 1889 da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 1893 é instalado o município e, em 27 de abril de 1920, conforme a Lei n° 947 da Presidência do Palácio do Maranhão, é elevada à condição de cidade. Está a 245 km de São Luís e possui área de 534.514 km². Sua população foi estimada no Censo de 2010 pelo IBGE em 39.481 habitantes.

deveriam começar a coerção com meios brandos, podendo chegar à prisão ou expulsão dos índios. Se sentissem que corriam risco de vida, poderiam usar a força. E não foram poucas as reclamações de maltratos feitas contra diretores.

A conquista avança sobre o Alto Mearim e seus habitantes nativos. Missionários e diretores foram seus primeiros concorrentes no acesso a terra e na forma do seu uso. "Amor ao trabalho e a vida social" são a forma violenta como o discurso civilizador tenta englobá-los. Os diretores devem lhes ensinar "a lavrar a terra à maneira do país", o projeto de Nação em curso pressupõe trabalhadores num molde específico, ao qual as práticas culturais e sociais indígenas não se adequavam. Suas reações a essa nova configuração do espaço se fazia também mediante reclamos de mal tratos.

Coelho (1991, p.118) aponta que a discussão sobre política indigenista se complexifica a partir da Lei de Terras de 1850, quando a terra deixa de ter mero valor de status para o proprietário e passa a ter fins especulativos. Conforme Faria (2001, p.152) foram criadas 25 diretorias parciais de índios até o final do Império, sendo três delas localizadas às margens do rio Mearim. Coelho (1990, p.120) aponta que é instituída uma Colônia Indígena às margens do Mearim: a Colônia Leopoldina, nas proximidades de onde posteriormente surgiria a cidade de Bacabal. A área eleita para o início dos trabalhos foi a situada entre os rios Mearim e Grajaú, onde se localizavam vários grupos indígenas. "Era necessário estabelecer de antemão, locais adequados para reunir essas povoações e colocá-las sob o controle de diretores, para que não significassem um empecilho aos projetos desenvolvimentistas que começavam a se implantar". (COELHO<(1991, p.118-119)

Três anos depois da promulgação da Lei de Terras, pode-se avaliar o avanço da conquista sobre os povos nativos no Alto Mearim, a partir do relatório apresentado pelo Presidente de Província do Maranhão Eduardo Olímpio Machado em 1853:

O Alto Mearim era, há quinze anos, desconhecido, ou antes era propriedade de ferozes tribos de índios selvagens, os quais, cedendo passo à civilização, emigraram para as margens do Grajaú e para os sertões da Chapada e Pastos Bons. De então pra cá. tem sua lavoura tomado rápido e extraordinário incremento. A fertilidade do território do Alto Mearim, todo coberto de matas virgens, tem atraído boa parte dos fazendeiros do Itapecuru e de outros distritos. A propriedade de suas terras para a cultura da cana, do arroz e outros gêneros, só encontra rival nas melhores dos centros de Codó e Coroatá. Existem, atualmente, no Alto Mearim, para mais de seiscentas fazendas.(grifos meus)

Expulso o “mal selvagem”, a implacável civilização avança sobre o Alto Mearim, região que passaria a partilhar com o Itapecuru⁶, o interesse de fazendeiros e lavradores. Nessa região chegam duas décadas depois, empurrados (?) pela seca de 1877-1879 muitos migrantes de outras províncias do Norte.

No século XIX as migrações de nortistas, subvencionadas e incentivadas por passagens distribuídas pelo Estado, tiveram dois principais destinos: as plantações de café do sudeste e o seringalismo na Amazônia. Outros deslocamentos se dirigiam “espontaneamente” para áreas úmidas. ALMEIDA (1995, p.93) se refere ao movimento das chamadas *bandeiras verdes*: “[...] dirigido sempre para uma terra onde as folhas nunca secam. Mais ou menos o sul do Pará e o oeste do Maranhão, onde as folhas nunca secam, onde as águas sempre correm”. Rumo ao Eldorado. Dentre os Eldorados dos nortistas⁷, figurava o Maranhão e se configurava o Alto Mearim.

O impacto inicial do problema da seca de 1877-1879 no sertão do Ceará recaiu sobre a capital Fortaleza e outras cidades litorâneas cearenses que precisam abrigar e alimentar uma multidão de famintos, doentes e indigentes. Com o apoio de políticas imperiais inicia-se seu deslocamento para províncias vizinhas. São Luís, capital do Maranhão, começa a receber a partir de junho de 1877 um avultado número de migrantes. De acordo com os dados do porto teriam ingressado cerca de 10.849 retirantes nesta cidade com população então estimada em 34.966.(VIVEIROS,1973).

A migração dos retirantes no Ceará, província mais atingida pela seca de 1877-1879, passa a ser preocupação que ultrapassa os limites provinciais. Para Verônica Secreto (2007, p.40), o deslocamento de “pobres-livres flagelados” entre 1877-1879, demarca uma mudança, ainda que excepcional devido à calamidade provocada pela seca, no procedimento dos grandes proprietários cearenses em relação às estratégias de controle da mão de obra livre. “A classe proprietária tomou a decisão de abrir – temporariamente – uma exceção ao controle desse reservatório de mão-de-obra e a

⁶ O Itapecuru é, como o Mearim, um rio que cobre grande extensão do Estado do Maranhão. O vale do Itapecuru, foi o primeiro espaço onde se desenvolveu a agro-exportação de algodão e arroz a partir de meados do século XVIII e da cana, em meados do XIX.

⁷ Outros espaços nas províncias do então norte do Brasil funcionaram como lugar de pouso e passagem. Sobre o Piauí, ver ARAÚJO (1991) e DOMINGOS NETO (1987).

tornou disponível para outras oligarquias regionais. Inaugurava-se, pelo menos oficialmente, a relação seca-emigração.”

È necessário problematizar o conceito de seca. Ela não se limita ao fenômeno climático ou físico, é, antes, um constructo histórico, com todas as suas implicações. Conforme assinala Domingos Neto (1987, p.15) tendemos a naturalizar “a irregularidade climatológica como um dado preestabelecido” e não problematizamos “como a organização econômica, social e política se conforma com a mesma”.

Outra dimensão precisa ser examinada com vagar “quem ganha e quem perde com a seca”, como o Estado se comporta ante ela. As ações do Estado precisam ser inquiridas para além da esfera técnica. Que interesses de classe ou categorias sociais elas representam ou incorporam? (1987,p.17)

A problematização do conceito de seca pressupõe questionar quem são suas vítimas. Durante muitos anos a maioria dos textos acadêmicos não distinguia o fato “de que o fenômeno atinge de forma diferenciada os diversos segmentos da população da área flagelada” (1987, p.16).

Segundo Neves (2000,p.44) a seca é um constructo histórico que, “não atua sobre uma matéria bruta, mas sobre um conjunto de condições socio-históricas definidas, nas quais se insere fundamentalmente a organização socioeconômica camponesa do tipo ‘tradicional’”. A subsistência do agregado que, usualmente, no sertão nordestino, está ligada ao sistema de parceria, torna-se quase impossível em períodos de seca, salvo se goza de proteção privilegiada do proprietário de terras. Os latifundiários, normalmente, não precisam abandonar casa e plantação, por disporem de reservas em armazéns que permitem sua sobrevivência e a de seus agregados mais próximos em momentos de calamidade. Na lógica da organização socioeconômica camponesa do tipo tradicional, era o agregado que se tornava retirante para escapar da fome (NEVES, 2000, p.43).

O avanço da agricultura comercial sobre as áreas destinadas à subsistência coloca o agregado numa situação de grande vulnerabilidade nos momentos de seca. Pois, “para a estrutura da economia camponesa [...] essa diminuição de sua reserva

significava a impossibilidade de ‘atravessar’ a seca em mínimas condições de ‘segurança alimentar’, em que a proteção oferecida pelo proprietário torna-se insuficiente e as famílias tornam-se, assim, ‘retirantes’ a procura de trabalho e comida.” (NEVES, 2000, p.47)

Durante a seca de 1877-1879 ocorrem deslocamentos regionais de trabalhadores pobres e livres. Províncias do Nordeste não atingidas, ou menos atingidas pela seca, passam a receber de “bom grado” migrantes cearenses aproveitados como mão-de-obra na lavoura.

A adoção de medidas de incentivo à migração de retirantes, especialmente cearenses, por províncias vizinhas parece ato corriqueiro nesse período. As ações articuladas pelo presidente de província do Maranhão, não são, pois, isoladas. O tráfico interprovincial de escravo e a necessidade de mão de obra na lavoura conformam a tônica geral de “acolhimento” e “assistência” aos retirantes pelas províncias receptoras. A subvenção de passagens pelo Império brasileiro facilita a chegada do migrante e anima proprietários ávidos por mão de obra disponível.

A primeira medida adotada pelo governo da província do Maranhão foi a criação de Comissões de Socorros a partir de setembro de 1877. Conforme FARIA:

As Comissões de Socorros providenciavam alojamento, alimentação, vestuário, remédio e trabalho. A presidência da província instruía que os retirantes fossem empregados preferencialmente em serviços de lavoura- em terras particulares ou em terras devolutas. Caso isso não fosse possível deveriam ser encaminhados para o trabalho em obras públicas. [...] Percebem-se dois objetivos nessa recomendação: engajando-os em trabalhos agrícolas esperava o governo, primeiramente, estar contribuindo para sanar a alegada falta de braços neste setor, por outro lado, desejava também diminuir as despesas com o sustento dos retirantes, pois quando ficavam trabalhando apenas em obras públicas, toda a manutenção corria por conta das verbas oficiais. Na capital da província e nos municípios fizeram limpeza e construção de estradas, recuperação de cadeias, casas das câmaras municipais, igrejas, cemitérios, pontes. (FARIA, 2001, p.175)

Foram criadas Comissões de Socorros “em quase todos os municípios então existentes⁸, deduzindo-se que os retirantes foram encaminhados não só para todas as

⁸ Sá (1997, p.50) indica a instituição de uma Comissão de Socorros distribuidora no Alto Mearim que abasteceria as Comissões de Coroatá, Codó, São Luís Gonzaga (Ipixuna), Pedreiras e Colônia Flores. Essas comissões se situam na área definida para a abordagem do problema norteador da pesquisa,

áreas já ‘conquistadas’ da província, mas também para as que queriam incorporar, onde foram instalados os núcleos coloniais”.

Regina Faria analisa ainda as representações sociais dos *letrados* e as práticas governamentais em torno da questão da mão de obra na província do Maranhão. Temática recorrente entre os letrados desde a primeira metade do século XIX, torna-se mais urgente e aguda a partir de 1850, quando o fim do tráfico negreiro expõe a eminência da abolição, e o tráfico interprovincial diminui significativamente o número de braços escravos⁹. Civilização dos índios, erradicação da vadiagem entre pobres livres, colônias estrangeiras, preparação dos egressos da escravidão para o mundo do trabalho livre, foram algumas das ideias ventiladas e, posteriormente, rejeitadas ou fracassadas nas experiências implementadas pelo poder público.

A colonização dos livres nacionais, contudo, ainda que não planejada, efetivou-se, por um curto período como solução emergencial tanto para a assistência às levas de retirantes chegadas à província, quanto para a carência de braços nas lavouras em áreas já conquistadas e para a conquista do território em regiões de tensão com índios e quilombolas. Foram seis as colônias de retirantes oficialmente instituídas como medida emergencial e não como política de colonização propriamente dita. Outras colônias foram criadas por particulares sem contar com qualquer apoio do governo¹⁰.

È interessante frisar que, “embora o Maranhão não estivesse no epicentro da seca”, como a maioria das províncias do então Norte (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio

apontando para a ocupação, ainda que temporária, de migrantes nordestinos nesta região a partir da década de 1870.

⁹ O Maranhão se integra tardiamente, em relação a outras regiões do Brasil ao sistema agroexportador. Somente a partir de meados do século XVIII com a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão inicia-se de modo majoritário a adoção da mão de obra escrava africana e a cultura do arroz e do algodão. Esses dois produtos, acrescidos do açúcar a partir da década de 1840, serão o esteio da economia maranhense durante o período imperial. c períodos de *boom* e depressão, ao sabor das oscilações externas e das especulações do capital mercantil, dominam a cena de acalorados debates acerca do progresso/atraso da província. A partir da década de 1870 assiste-se a um redirecionamento da economia do Maranhão, que passa a vincular-se mais estreitamente ao mercado regional e a incorporar os trabalhadores livres, por muito tempo designados “vadios” e “indolentes”. Para mais informações ver Faria (2001) e (1999).

¹⁰ Faria (2001, p.176-177) se refere a uma colônia de retirantes, a Colônia Flores, instituída oficialmente pelo governo na região do Alto Mearim, nas proximidades de onde posteriormente, surgiria a cidade de Pedreiras.

Grande do Norte e algumas localidades na Bahia e no Piauí) “deve ter vivido reflexos da estiagem, com redução de sua produção agrícola. No início da seca tinha mandado farinha para o Piauí e o Ceará”, mas, ao longo do seu curso, “precisou ser socorrido, recebendo esse produto de outras regiões, graças à ação do Governo Imperial. Proprietários começaram a receber auxílio em farinha” para alimentar os migrantes nordestinos empregados em suas fazendas. (FARIA, 2001,p.176). Em outras palavras, durante a *maldita dos três setes*, o Maranhão e o próprio Alto Mearim, não se constituíam num Eldorado intocável pela estiagem, foram, antes, uma alternativa emergencial para migrações dirigidas e “espontâneas”¹¹ que, possivelmente, passaram a ter um fluxo relativamente contínuo, especialmente(?), em momentos de grandes secas.

Diversos autores em trabalhos monográficos e dissertações passam a associar a seca de 1877-1879 ao início da fixação de migrantes nordestinos em cidades do Alto Mearim e da intensificação da ocupação não-índia da região. Aderson Lago (1976, p.08), afirma: “O ano de 1877 foi de grande importância para Pedreiras, pois, àquele tempo ali chegaram mais de cem famílias nordestinas perseguidas pela seca.”

Lago (1976), a partir do uso da História Oral assinala a existência de fazendas e de um comércio, ainda que incipiente, na região de Pedreiras na segunda metade do século XIX(LAGO, 1976, p.8):

¹¹ SILVA (1973) distingue três formas de colonização; a espontânea, com estabelecimento de grupos humanos com seus próprios recursos e livre iniciativa; a dirigida, que se processa com um mínimo de orientação oficial na escolha e na organização da área, não passando, talvez, de um simples direcionamento de fluxos migratórios; e a planejada, cuja implementação contaria com planificação oficial na escolha da área, na seleção dos grupos e em suas atividades econômicas. (apud ARCANGELI, 1987,p.14). Durante a *maldita dos três setes*, é provável que as três modalidades tenham coexistido nas migrações de nortistas para o Maranhão. Arcangeli problematiza a espontaneidade das colonizações espontâneas: “Há um tipo de colonização usualmente chamada de espontânea, para didingui-la da dirigida. O termo espontâneo refere-se ao colono, ao lavrador, que, antecipando-se ao dirigido ou acompanhando-o, ocupa as terras livres de fronteiras agrícolas, desbravando as matas e cultivando a roça, normalmente sob o título de posseiro, em sua relação com a terra. Sua colonização independe da interferência direta do Estado e sua organização econômica e social é fruto da livre iniciativa, sendo por isso chamada de espontânea. Mas esse termo é bastante questionável. A ideia de espontaneidade pressupõe ausência de pressão e condicionamentos, o que, logicamente, não vem a ser o caso, no caso do camponês migrante. (ARCANGELI, p.1987,p.13) Por entender que as migrações espontâneas ocorrem a partir de pressões específicas sobre os migrantes e que não se constituem em iniciativas desordenadas, mas contam com um mínimo de planejamento, optei por utilizar o termo migração “espontânea” como estratégia de provocar o leitor a essa reflexão.

Pode-se inferir que, ao longo do século XIX, apesar da dificuldade de escoamento da produção do Alto Mearim para a capital da província, havia nas terras da região que passaram a ser cobiçadas por proprietários do Itapecuru¹², uma produção de excedente pelos agricultores e pecuaristas. A antropóloga Leonarda Musumeci (1988,p.172) arrola os produtos tributados em Pedreiras: algodão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, fumo, feijão, milho, fava e gergelim, pecuária bovina, suína e caprina, caça e extrativismo vegetal (óleo de copaíba) voltados não somente para a subexistência, mas para a comercialização.

Esterci (1977), Soares (1981) e Musumeci (1988) referindo-se ao processo de desagregação do escravismo em Pedreiras, abordam a dita transição “libertadora” ali ocorrida. A partir de doações de proprietários ou autoridades municipais, ou do abandono de fazendas quando da abolição, ex-escravos ou homens pobres livres se apossam de pequenas extensões de terra para o cultivo de gêneros diversos¹³.

Soares (1981) e Musumeci (1988, p.173-176), entretanto, problematizam a noção de transição “libertadora”, argumentando que não há a formação de um “campesinato livre” propriamente dito, há a abertura de uma “fronteira” para a expansão das unidades camponesas, mas tal expansão se desenrola a partir de continuidades com o modelo de colonização baseado no *plantation*, não há uma retração á economia natural, persiste a agricultura mercantil, especialmente a algodoeira, e, possivelmente, “antigas formas de controle de poder são conservadas- sobretudo aquelas definidas a partir da intermediação comercial”;

È fundamental como referência para se pensar a formação de um campesinato livre, não só no Mearim, mas em todas as áreas em que os antigos donos de escravos não tiveram interesse ou condição de manter a força de trabalho subordinada, imobilizada por novos meios, e de conservar, eles mesmos, o controle do processo produtivo e da comercialização. Mas, sua relevância

¹² Acerca do interesse de grandes proprietários do vale do Itapecuru nas terras do Alto Mearim a partir do início do século XIX ver Marques(1970), Lago (1976), Esterci (1977), Almeida (1982).

¹³ Soares (1981) estuda o caso ocorrido no lugar Bom Jesus (atualmente pertencente a Lima Campos, na época parte de Pedreiras) onde a partir da doação do antigo senhor, ex-escravos e seus descendentes se tornaram herdeiros da antiga propriedade. Esterci (1977, p.74) aponta que, no lugar Lago da Onça (atualmente parte do município de Pedreiras) “uma extensa área de 35.000 ha passou a ser ocupada não somente pelos descendentes dos ex-escravos, mas também por um grande contingente de pequenos produtores que foi se instalando, provavelmente desde o século passado, nas partes da antiga propriedade que não foram efetivamente ocupadas pelos favorecidos pela doação.

transcende o âmbito do estudo de caso e do processo específico de formação de um campesinato em terras previamente ocupadas por fazendas de escravos. Alguns dos elementos apontados por Soares- a patronagem personalizada, os laços hierárquicos no interior dos grupos camponeses, o domínio do capital mercantil usurário sobre a atividade produtiva- são características também das frentes de expansão propriamente ditas, isto é, do movimento de incorporação das áreas de terras devolutas e até então despovoadas do Maranhão, nas quais se expandiu a agricultura camponesa durante o século XX. (MUSUMECI, 1988, p.176)

No início do século XX, mais especificamente em 1916, Raimundo Lopes¹⁴ publica *O Torrão Maranhense*¹⁵. Nessa obra, estabelece uma classificação do Estado do Maranhão em zonas, de acordo com características físicas e humanas, que durante muitas décadas foi incorporada por estudiosos de diversos campos, geógrafos, historiadores, agrônomos etc. As zonas instituídas por Lopes foram: os campos da Baixada, o Maranhão Oriental e o Parnaíba, a mata e a região agrícola (Baixo Sertão), e Alto Sertão (conceituado como sociedade seminômade e primitiva).

O espaço-personagem enfocado neste estudo, o Alto Mearim, figura, na classificação de Lopes (1970, p.161), no Baixo Sertão ou sertão agrícola. Conforme Lopes, vegetação, relevo e hidrografia favorecem o desenvolvimento da agricultura e da pecuária nos vales do Itapecuru e Mearim, que despontam como sedes da agricultura maranhense por volta de 1916. Sinaliza ainda iniciativas particulares de abertura de núcleos agrícolas em meio à floresta, na linguagem nativa, “centros”, e sua ligação com povoados ribeirinhos, locais de troca e escoamento de excedentes. Uma das regiões assinaladas pela ocorrência de “centros” é a área intermediária entre Pedreiras e Coroatá.

No Baixo Sertão, no qual se insere o Alto Mearim, Raimundo Lopes assinala um movimento de expansão da fronteira agrícola, a partir do avanço espontâneo dos

¹⁴ Considerado uma das principais intelectuais do Maranhão da primeira metade do século XX, atuou, ainda sem ter formação específica, nas áreas da Geografia, Arqueologia, Antropologia, Etnologia, Literatura, etc. e obteve reconhecimento local e nacional enquanto membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Academia Maranhense de Letras e sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Dentre suas publicações figuram; o *Torrão Maranhense* (1916), *Entre a Amazônia e o Sertão* (1931), *O homem em face da natureza* (1932), *Os índios urubus* (1932), *Gonçalves Dias e a raça americana* (1935), *Curso de Filosofia e Letras* (1933), *A natureza e os momentos culturais* (1937), *Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão* (1938), *Antropogeografia* (1957).

¹⁵ Conceituada por muitos como obra inaugural da Geografia do Maranhão, teve sua publicação em 1916,. Em 1937, ganha outra versão, revista e atualizada denominada *Uma Região Tropical*. Nesse estudo utilizamos a segunda versão, onde constam acréscimos á primeira, especialmente em notas explicativas.

“nossos lavradores” (o que sugere, nesse momento, uma frente maranhense e não de migrantes nordestinos) em direção à mata virgem. A articulação entre os centros e as vilas, cidades e povoações ribeirinhas é assinalada pelo autor, indo de encontro à concepção de isolamento dos “centros” e de sua vocação de “subexistência”. O Baixo Sertão é, na interpretação de Raimundo Lopes (1970, p.163), uma sociedade agrícola e pastoril articulado e em expansão, apesar das dificuldades de comunicação com a capital da província, devido á falta de estradas e à dificuldade de navegabilidade de alguns trechos do Mearim e seus afluentes.

Em relação à produção agrícola, Lopes destaca o algodão como principal produto do Baixo Sertão (especialmente em Codó, Picos, Pedreiras¹⁶ e Barra do Corda), que juntamente com os produtos da pecuária, seria a principal fonte de exportação do Estado do Maranhão nesse período. O segundo produto seria o açúcar (especialmente em Barra do Corda), mas se destacavam ainda o fumo (Codó), o milho, a mandioca e o arroz (ainda pouco exportado e produzido mais para o autoconsumo da população sertaneja).(LOPES, 1970,p.162-163).

A primeira metade do século XX é vista por muitos intelectuais como período de estagnação, decadência ou involução da economia maranhense. O economista Pinheiro Gomes (1981, p.24-26) trata o período pós-abolição e a primeira metade do século XX como momento de crise geral da agricultura, quando os fazendeiros, empobrecidos drasticamente pela libertação dos escravos, encontraram na aplicação de capitais num parque fabril¹⁷, a única opção viável pra vencer a crise. Maluf (1977) também caracteriza o período pós-abolição e a primeira metade do século XX como de “involução”, quando as pequenas unidades agrícolas e a cultura de subexistência passam a ser a forma dominante de produção. O livre acesso a terra pelos produtores diretos teria gerado uma exígua acumulação de capital e um pequeno montante de exportação,

¹⁶ Embora o autor dê maior ênfase às cidades de Barra do Corda, Codó e Caxias, como produtoras agrícolas e centros fabris, pensamos ser relevante a menção á produção algodoeira de Pedreiras nesse período imediatamente anterior ao seu crescimento demográfico nas décadas de 1930-1960, usualmente atribuído na literatura acadêmica à chegada de migrantes nordestinos.

¹⁷ Apesar de usar o termo “vertigem industrial”, José Tribuzi Pinheiro Gomes (1981, p.24), aponta que em 1985 o Maranhão era o segundo Estado industrial do país, perdendo apenas para Minas Gerais.

comparado aos do século XIX. Para Pinheiro Gomes e Maluf essa fase só terminaria na década de 1950,

Em meados do século XX, o economista Pinheiro Gomes (1981, p.27) vislumbra um “incremento da produção agrícola mais diversificada, notadamente os cereais, condicionado, em boa medida, pelo avolumar da tradicional corrente de imigração nordestina”. Na sua perspectiva, imigração nordestina por si só explicaria o incremento da produção de arroz, mandioca, milho e feijão na economia maranhense.

A antropóloga Leonarda Musumeci (1988, p.185) critica essa interpretação reducionista da história econômica desse período “como incorporação acrítica de versões tradicionais na literatura recente” que acabavam reproduzindo a associação “entre progresso e grande propriedade, entre economia mercantil e latifúndio”.A autora estabelece duas questões: como os movimentos migratórios por si só explicariam o crescimento agrícola e o propalado direcionamento da pequena lavoura para a subexistência.Analisando os dados do censo de 1920, Musumeci (p.188) aponta que a região então denominada Zona do Vale do Mearim, na qual figuravam Arari, Bacabal, Barra do Corda, Pedreiras, São Luiz Gonzaga (Ipixuna) e Vitória do Baixo Mearim, já era responsável por 58% do volume total de algodão em caroço produzido no Maranhão.¹⁸

Na década de 1930 a produção de algodão da região continua crescendo. Segundo Musumeci (1988, p.189), em 1935 Pedreiras e Bacabal eram os maiores produtores do Estado, fornecendo, juntos, mais de 30% do produto beneficiado no Maranhão. Provavelmente, na década de 1930, a produção do Mearim derivava de roças de camponeses *livres* na frente de expansão, já incorporados a economia mercantil.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida se refere à formação de uma cadeia de intermediários que atrela a produção dos centros a pequenos comerciantes e usineiros (ANDRADE & MOURÃO, 1976, p.12).

¹⁸ Segundo o censo de 1920, a zona do Vale do Mearim forneceu 7.845 produziu de algodão, das quais 5007 eram provenientes do município de Pedreiras (maior produtor maranhense),1.489 de São Luiz Gonzaga (Ipixuna), 939 de Bacabal e o restante dos demais municípios. Vide Recenseamento do Brasil, 1920, Vol III, 2ª parte.

Para Musumeci, os camponeses *livres* do Mearim, estariam atrelados a teias que iam dos centros às cidades, do lavrador ao usineiro, passando pelo pequeno comerciante. Obrigações financeiras estabelecidas nas *bodegas* dos *centros* se somavam comumente a laços de parentesco e compadrio que davam maior solidez às relações de reciprocidades e explorações. Normalmente o migrante que começa a afluir mais densamente para o Médio Mearim a partir da década de 1930, encontra num conterrâneo, parente, compadre ou vizinho, uma ponta das teias que perpassam a pequena produção que elevará o Médio Mearim ao local de maior crescimento no país na década de 1950.

Comumente, geógrafos e antropólogos apontam o início do século XX, e, mais especificamente a década de 1920 como o momento de início da frente de expansão nordestina no território maranhense. Segundo o geógrafo Trovão, até o início do século XX haveria um vazio favorável à ocupação de migrantes, resultante de brechas entre os espaços ocupados pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril¹⁹ no Maranhão:

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e da dificuldade de mão de obra no próprio Nordeste, usaram como porta de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Paraíba, tendo como entrada Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas (TROVÃO, 2008 ,p.24-25).

O antropólogo Gilberto Velho, estudioso das frentes de expansão e da estrutura agrária na Amazônia, enfatiza o adensamento das correntes migratórias de nordestinos para o Maranhão no início do século XX, entendendo como “hipótese plausível que a

¹⁹ Segundo CABRAL (1992) o processo de ocupação do Maranhão deu-se a partir de duas frentes: a litorânea que se inicia em princípios do século XVII e caracteriza-se pela ação da Coroa Portuguesa, bem como de jesuítas e particulares sobre terras ocupadas pelo gentio nos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim. Nessa área que, grosso modo, corresponde ao norte do Maranhão, desenvolveram-se principalmente a agricultura de subsistência e a agro-exportação. A frente de ocupação pastoril inicia-se posteriormente em princípios do século XVIII e caracteriza-se pela ação de particulares que, seguindo os caminhos do gado, percorrem o interior da Bahia e do Piauí até chegar ao sudeste do Maranhão, onde se fixam numa região que passa a ser conhecida como Pastos Bons, pela boa inclinação ao desenvolvimento da atividade pastoril.

decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920” (1972, p.96). O cessar de um foco de atração de migrantes, o *boom* da borracha, explicaria o deslocamento do fluxo migratório.

Áreas decadentes de ocupação antiga e outras “efetivamente novas e de florestas dos vales” vão sendo ocupadas por distintas rotas traçadas pelos migrantes. Segundo VELHO (1972, 96), “um dos ramos da frente nordestina, após ultrapassar Caxias, avança no sentido noroeste e, em 1920²⁰, estará a oeste de Codó, atingindo Pedreiras em 1940, Bacabal em 1950 e Arraial de Santa Inês em 1957.”

Num estudo das transformações da estrutura agrária no século XX no Maranhão, ALMEIDA e MOURÃO (1976) apontam como um dos impactos do adensamento das correntes migratórias de nordestinos a partir de 1920, a escassez de terras nas áreas de ocupação mais antiga que “será uma das causas da migração de camponeses maranhenses, juntando-se ao fluxo de nordestinos em direção á Amazônia²¹” (1976, p.11). Nas áreas de ocupação mais recente, onde localizo e estruturo o objeto de estudo ora proposto, ALMEIDA e MOURÃO (1976, p.11) sinalizam:

[...] a formação propriamente dita da frente agrícola, que, a partir da região de transição para o vale do Médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos 50.

Enquanto em 1940 e 1950, Pedreiras aparecia como maior cidade do Médio Mearim, a partir de 1960, Bacabal desponta como maior centro da região e Ipixuna, apesar de apresentar um crescimento significativo, persiste como a menos expressiva das três cidades ao longo dessas décadas de maior fluxo migratório da região.

Entre as décadas de 1920 e 1940, Pedreiras (4,03%) Bacabal e Ipixuna (5,46%) apresentam taxa de crescimento muito superior ao Estado do Maranhão (1,74%), possivelmente o incremento demográfico deve-se ao fluxo migratório de nordestinos, intensificado na região a partir de 1930, segundo registra a produção acadêmica. Na

²⁰ JoséTribuzi Pinheiro Gomes (1981, p.27) enfatiza a interligação rodoviária de todas as ligações do país no final da década de 1950, como fator facilitador da imigração nordestina, viabilizando, uma maior “ocupação produtiva de uma vasta nova fronteira de terras devolutas.

²¹ Sobre a frente de expansão dos *centros* e a *frente maranhense no Maranhão* ver ANDRADE e SANTOS (2009)

década de 1940, a região do Médio Mearim (3,20%) continua com taxas de crescimento superiores ao estado (2,51%), sendo 3,16% em Bacabal/Ipixuna e 3,27% em Pedreiras, mas sem a mesma expressão do período anterior. Na década de 1950 ocorre o maior impulso demográfico da região, com taxa de crescimento de 8,41%, próxima ao dobro da apresentada pelo Estado 4,64%. Pedreiras apresenta um crescimento menos expressivo que as demais cidades (5,10%), enquanto Ipixuna e Bacabal crescem 10,30%.

Durante a década de 1960, a região do Médio Mearim (-0,29%) apresenta um decréscimo demográfico, enquanto o Estado do Maranhão persiste crescendo (1,85%), ainda que numa taxa inexpressiva. Musumeci (1988), Almeida(1976) e Velho (1972) e Arcangeli(1987) colocam que a partir da década de 1960, o Médio Mearim deixa de ser região receptora de migrantes, tornando-se expulsora, especialmente para os estados do Pará e do Amazonas. As correntes de migrantes nordestinos, a partir de então se dirigirão rumo a outra frente de expansão; o sul e sudoeste do estado Maranhão:

Um terceiro ramo de intenções preponderantemente pecuárias, sai de Floriano (cidade do Piauí, mais ao sul que Caxias-MA), dirigindo-se a oeste dessa cidade, até alcançar a região de Pastos Bons e as cidades de São Raimundo das Mangabeiras, Riachão, Carolina, atinge, portanto, além da microrregião de Pastos Bons, a do Baixo Balsas e as da Chapada do Sul, até chegar a de Imperatriz. (ARCANGELI, 1987,p.110-111)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional**. Recife: Bagaço,2008.

_____, **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, Cortez, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8/FUA, 2008.

_____.**Movimentos sociais na Amazônia in Amazônia, mito e desencanto**. Revista Debate. Salvador: Publicação CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), 1995. p. 83-115

____ e MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo..in Pesquisa Antropológica**, nºs 9 e 10, Brasília, UNB, 1976.

ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS, Murilo. **Fronteiras:** a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da Terra:** uma análise da colonização. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado.** São Luís: Sioge, 1992.

CARVALHO, Carlota. **Os Sertões:** subsídios para a História e Geografia do Brasil. Imperatriz: ética, 2000.

COELHO, Elisabeth Maria Bezerra. **A política indigenista no Maranhão provincial.** São Luís, SIOGE, 1990.

CROCI, Frederico. **As cartas de chamada:** vestígios das redes sociais familiares transnacionais. in CARNEIRO, Maria Luísa Tucci, CRUCI, Frederico e FRANZINA, Emílio (orgs) **Histórias do trabalho e histórias da migração.** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.

DOMINGOS NETO, Manoel. **Seca seculorum:** flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos:** propostas e realizações. Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado)

IANNI, Otávio. **A luta pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1978.

LAGO, Aderson. **Pedreiras:** elementos para a sua história. São Luís: IPES, 1976.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical:** Fon-Fon & Seleta, Rio de Janeiro, 1970.

LUNA, Regina Celia Miranda Reis. **A terra era liberta:** um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA. São Luís: EdUFMA/ Secretaria de educação do Estado do Maranhão, 1984.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta.** São Paulo: Vértice, 1988.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. São Paulo: Relime Dumará, 2000.

PINHEIRO GOMES, José Tribuzi. **Formação econômica do Maranhão:** uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha:** trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense.** São Luís: IMESC, 2008.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

VELHO, Gilberto. **Frentes de expansão e estrutura agrícola**. Rio de Janeiro: Editores, 1972.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão**. Volume 3. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

WENSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Huctec/EdUSP, 1993.